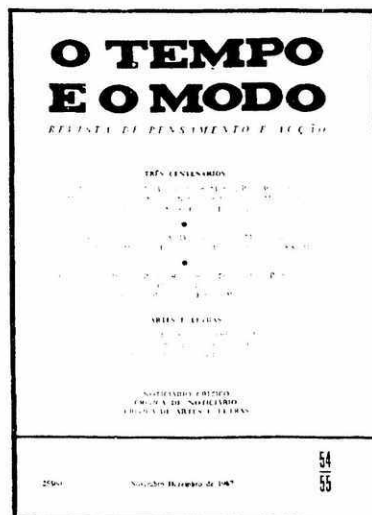


Vinte anos depois

O TEMPO E O MODO



Meus tempos, meus modos

JOÃO BÉNARD DA COSTA

LEMBRARAM-SE Maria Filomena Mónica e António Barreto que «O Tempo e o Modo» faria, se fosse vivo, 20 anos. Não se dão parabéns a mortos, nem à família deles. Em todo o caso, em nome desta última, como parente chegado, cabe-me agradecer a memória. Muitas outras efemérides menos importantes têm sido bem mais comemoradas pela imprensa herdeira das várias oposições. Cada vez há mais historiadores da história que nunca houve, como já em tempos idos no:ava Sophia de Mello Breyner Andersen.

No caso de «O Tempo e o Modo», sem pompa mas com alguma circunstância, julgo ser merecida esta atenção. Quer enquanto *consciência política*, quer enquanto *consciência ética*, quer enquanto *consciência estética*. Não se pode fazer a história dos anos 60 — acho eu — ignorando esta revista.

E, neste prelúdio, é devida a Mário Mesquita, director do «Diário de Notícias», uma palavra especial: *aqui e agora*, como se dizia nos tempos do «Tempo e o Modo» — quero exprimir-lhe a minha inteira solidariedade. Não me esqueço que foi ele, antes do 25 de Abril, quando, salvo erro, era redactor de «República», que me entrevistou para saber coisas de «O Tempo e o Modo». A censura não deixou sair a entrevista, mas já então ele era dos raros suficientemente atentos e suficientemente isentos. Não mudou. Espero que não tenha de pagar, por causa disso, o preço elevado e inflacionado que em Portugal se costuma pedir em tais casos.

Nós, os vencidos do catolicismo

Sei quando «O Tempo e o Modo» nasceu. Foi a 29 de Janeiro de 1963, dia dos anos do António Alçada Baptista, director da revista. Não sei quando morreu, porque já há muito o não via. Para mim, morreu em Novembro de 1970, andava eu a fazer de marido enganado em *O Passado*

e o *Presente*, de Manoel de Oliveira, e em «O Tempo e o Modo» também.

De qualquer forma, quando hoje se fala da revista fala-se do que «O Tempo e o Modo» foi nos anos 60, na chamada «primeira série», em que fui chefe de redacção e, no fim, director. Alargarei os limites deste texto ao início da «segunda série» (Abril de 69 a Novembro de 70), em que julgo que houve ainda, bastantes sinais de vida, e, quanto a mim, se diferenciava sensivelmente do que veio a seguir.

Não vou falar da importância cultural da revista, que hoje vejo, de muitos lados, cá dentro e lá fora, reconhecida. Vou contar histórias. Vou falar de «dentro». Coisa de memorialista, que até sou. E tenho boa memória.

O nascimento de «O Tempo e o Modo» é inseparável da geração de católicos que, nos anos 50, entre o I Congresso da JUC (53) e a campanha do general Humberto Delgado corou o cordão umbilical que unia as juventudes católicas às juventudes do regime (salvo raras e honrosas excepções). O facto não se limitou à JUC (Juventude Universitária Católica), e foi até mais clamoroso na JOC (Juventude Operária Católica), com congresso proibido e tudo. Mas sobre isso falará certamente melhor o actual provedor da Misericórdia. Gente que hoje anda à roda dos 50 anos e nessa altura andava à roda dos 20.

Na JUC, entre os «contestatários» havia dois ramos distintos: o dos «sociólogos» (mais «bem comportados» e menos «intelectuais») e o dos «vanguardistas», que em posições políticas, quer no interior: da Acção Católica, quer numa predominante atenção aos fenómenos estéticos mais inconformistas. Esses eram (éramos) um «grupo», convivendo bastante bem com os outros (todos éramos irmãos em Jesus Cristo, e, pela fé, mais consanguíneos que a fraternidade geral), mas olhados com alguma suspeita, como «malquinhos» da casa. O Nuno Peres (já então Frei Mateus Cardoso Peres OP), o Nuno Portas, o Nuno Bragan-

ça, o Luis Sousa Costa, o Pedro Tamen, o Alberto Vaz da Silva, o M. S. Lourenço, o Cristiano Pava, o José Escada, o Manuel de Lucena, o José Domingos Moraes, o Duarte Nuno Simões (o Mário Murteira e o Carlos Portas eram a «charretera» entre os dois grupos).

Até por 57-58 este «grupo» passou a dirigir o «Encontro», jornal oficial da JUC (João Salgueiro foi o primeiro director, eu o segundo, por inerência dos cargos que ambos ocupámos de presidentes gerais da JUC) com o Pedro Tamen e o Carlos Portas, sucessivamente, como chefes de redacção. Ao mesmo tempo, fundámos o CCC (Centro Cultural de Cinema — cineclubes de universitários para uma cultura cinematográfica cristã) na descoberta maravilhada que então fazíamos do cinema. Apadrinhávamos (e segurava-nos) o então cônego dr. António dos Reis Rodrigues, hoje bispo de Madarsum, personalidade assaz excepcional, que na formação de todos nós (e de ambos os grupos) teve papel de enorme relevo, de que porventura se veio a arrepender, face à evolução futura de tais «ovelhas tresmalhadas».

Em 58, muitos de nós foram «longe de mais»: posições públicas de apoio ao general Delgado, primeiros manifestos de católicos em corte com o regime. Fomos (quase todos) rapidamente «saneados». Embora por muitos e bons anos nos tivéssemos mantido católicos (progressistas, como então se dizia) começara o ciclo que nos havia de levar a quase todos (lá para o fim dos anos 60), e deixar a Igreja ou a deixar que a Igreja nos deixasse a nós.

Sobre esta geração há muito que prometo a mim próprio escrever um livro que terá (terá?) como título um verso de Ruy Belo, então companheiro mais distante: *Nós, os Vencidos do Catolicismo*

As grandes amizades

Vários dos órgãos de expressão (do «Encontro», do Cine-clubes), mul-

to naturalmente (todos os movimentos desses anos as procuravam) pensámos em fundar uma revista. De católicos, mas sem ser ou ter expressão oficial. Nas margens.

O modelo era, naturalmente, o «Esprit» de Mounier e a ideologia o personalismo cristão (mal sabíamos o destino, que tudo isso iria ter, nas mãos de herdeiros mais práticos, pós-25 de Abril). Faltava-nos o dinheiro e um «leader». Foi então que conhecemos o António Alçada Baptista, alguns anos mais velho do que nós. O António Alçada tinha uma editora (a Moraes), tinha a generosidade e a «loucura» que o tornava de «família», tinha as mesmas ideias, ou os mesmos ideais.

Começou com ele o tempo dos grandes dinamismos: a colecção do Circulo do Humanismo Cristão, a colecção que viria a dar o nome à revista chamada «O Tempo e o Modo». Convidou o Pedro Tamen para trabalhar na Moraes. Traduziu-se Chesterton, Maritain, Lacroix, os teólogos «heterodoxos», as obras de Mounier. Publiquei lá um livro sobre o fundador da «Esprit», com base na minha tese de licenciatura. Mas, para todos, o «aboutissement» era a revista. O parto demorou os anos que foram de 59 a 63. Anos de não sei quantas reuniões, entre um grupo formado por António Alçada, o Nuno Bragança, o Pedro Tamen, o Alberto Vaz da Silva, o Mário Murteira e eu. Sonharam-se até formas de vidas comunitária entre todos «O Pacto», como se lhe chamou, ideia do António, bastante pioneira. Nesse clima de «grandes amizades» (livro do Maritain era uma das nossas bíblias) a revista sena a expressão comum. O António Alçada era proprietário e director, o Pedro Tamen editor, eu chefe de redacção.

Uma ave-maria a Mário Soares

Mas começaram também algumas lutas. Dentre os amigos, muitos achavam que limitar a revista a cató-

cos era já trair Mounier e o que importava fazer em Portugal. Era preciso «abrir» o espaço, não ao nível de colaboradores (todos estávamos de acordo em não exigir profissões de fé a esses) mas ao próprio corpo fundador da revista. Desligá-la dum «grupo», ainda por cima tão marcado, tão fechado e tão homogéneo. Abrir a outros sectores do catolicismo (os que chamei, por comodidade, «sociólogos») e a sectores agnósticos da oposição portuguesa. Estávamos em 1962, o ano da greve estudantil. Havia alguma proximidade com os dirigentes dela, sendo que um deles (o Manuel de Lucena) já então deixara de ser católico (foi o primeiro). Havia contestava razoavelmente pela esquerda. O abraço ecuménico de Mounier estender-se a Marx, pelo menos ao Marx heterodoxo da «geração de 62» (Jorge Sampaio, Manuel Lucena, Vítor Wengorinasso, Medeiros Ferreira, etc.) ou ao Marx reformista do embrião do futuro PS.

Dúvida hamletiana instalou-se no grupo inicial. Abrir ou não abrir, era a questão. E um livro de actas que conservo (guardo tudo) encontrei a descrição da reunião em que se resolveu tomar um decisão. Antes da votação, um de nós sugeriu que se rezasse uma ave-maria para que o Espírito Santo nos iluminasse. A intervenção divina pendeu para abertura por cinco votos a favor, e dois contra.

Concretizando a vontade da virgem, o António Alçada sugere logo Mário Soares e Francisco Salgado Zenha como interlocutores válidos da sua geração. Ainda, hoje me admiro da «geração de 62» (Jorge Sampaio, Manuel de Lucena, Manuel dos Santos Loureiro e Sottomayor Cardia. Com os sete in-

(Continua na pag. seguinte)

Éramos assim absurdos em 1962

VASCO PULIDO VALENTE

ENTREI para *O Tempo e o Modo*. Revista de Pensamento e Acção (algum pensamento, pouca acção), na Primavera de 1963, com vinte e um anos, em estado de completa inocência política e radicalmente analfabeto. Quem me levou foi Manuel de Lucena, meu chefe e mentor numa organização clandestina, terrivelmente revolucionária, chamada MAR, que juntava duas dezenas de intelectuais delinquentes, pacíficos como vacas mas decididos a derrubar o «fascismo» pela violência, como ele merecia. A única coisa que justificava esta dúbia distinção, além de dois ou três amigos comuns, era a minha fluência verbal (que pela vida fora sempre me arranjara os maiores sarilhos) e o facto de ser director de um jornal dos estudantes (democratas) da Faculdade de Letras. A *Grãfia*, que publicou, graças a Deus, um único número, Manuel de Lucena já nessa altura tinha uma noção muito exaltada da dignidade do poder e a irresistível tendência para causas perdidas que mais tarde o distinguiram.

Comecei, portanto, a trabalhar em *O Tempo e o Modo*, numa secção que se descrevia a si própria como «Noticiário Crítico» e a que pertenciam, além de mim e de Manuel de Lucena, Jorge Sampaio, Nuno Bragança, Serra Lopes e não me lembro quem mais. O «Noticiário Crítico» consistia em comentários de vinte ou trinta linhas (com o tempo aumentaram de tamanho e vacuidade) sobre política internacional, que se destinavam primariamente a exibir a pureza

das nossas convicções progressistas e, secundariamente, a mobilizar os leitores (de um a dois mil) contra o imperialismo americano.

Isto, dito assim, parece fraco. Em 1963, juro que não parecia: nem a nós, nem a ninguém. A oposição estava fechada num pequeno mundo de tristezas e vexames e qualquer acto de responsabilidade política (fosse ela proclamar que não se gostava de Madame Nhu ou que se preferia os trabalhistas aos conservadores) tomava dimensões insuspeitas. O «Noticiário Crítico» provocou polémicas horrendas, sobretudo na Universidade das Associações Académicas, e serviu de educação ou, pelo menos, de exercício a bastante gente. Passaram por lá José Lavradio, José Pedro Pinto Leite, João Manuel Alexandre, Júlio Castro Caldas, Luís Salgado de Matus, Jaime Gama, Alirio Barroso e vários outros de quem o director, António Alçada Baptista, à época convicto democrata-cristão (suponho que ainda hoje não mudou), justamente desconfiava e a quem, sózinho comigo ou com João Benard, designava por «camaradinhos»: «Vejam lá, não me encham isto de camaradinhos!»

Tenebrosos planos

Porque — é agora necessário confessá-lo — sob a sua severa capa branca, *O Tempo e o Modo* escondia um tenebroso plano político ou, melhor, dois tenebrosos planos políticos. No princípio dos anos 60, a Igreja modernizava-se. Chegara João

XXIII, o Concílio Vaticano II, a encíclica *Pacem in Terris* e mais novidades que incomodaram o regime e provocaram Salazar a comparar-se a Cristo abandonado pelos discípulos. A oposição tradicional, atea e jacobina, exultou, enquanto aparecia a primeira oposição católica séria. Para cúmulo, a família forneceu o modelo de que os Portugueses precisam para pensar: a Democracia-Cristã aliou-se ao Partido Socialista.

O Tempo e o Modo reunia, assim, num conselho consultivo de personalidades católicas que extravagantemente se imaginavam a futura DC indígna, com Alçada Baptista à frente, e não católicos, que extravagantemente se imaginavam o futuro PS indígna, com Mário Soares e Salgado Zenha à frente. Segundo Alçada Baptista e Soares, em reuniões melancólicas na Livraria Moraes, não tardariam os gloriosos dias em que nos todos transitaríamos, quase sem sentir, para S. Benito e Belém, aplaudidos pela Pátria comovida. Desde aí, fiquei inexplicavelmente a desconfiar do optimismo do dr. Mário Soares.

Não, claro, porque isto acontecia em 1963, mas porque nem Soares, nem Alçada davam mostras de perceber que, no conselho consultivo, a sua aliança era vastamente minoritária. O resto dos membros, mesmo depois de se demitir o militante comunista Mário Sottomayor Cardia (que vim a substituir), detestava do fundo da alma a perspectiva de uma coligação entre os traidores social-democratas (Soares e Zenha) e o

centro moderado (apenas Alçada). Absurdamente, imaginávamos que este coligação pretendia manter o capitalismo, a desigualdade e as lições de Portugal ao Ocidente e à NATO, numa democracia formal, burguesa e anti-soviética.

No *O Tempo e o Modo*, o MAR era o esqueleto da maioria. O MAR nascera da denominada «crise académica» de 1962 e associava pessoas como Jorge Sampaio, João Cravinho, Armando Trigo de Abreu, Nuno Bragança e Nuno Brederode dos Santos, algumas das quais se tornariam conhecidas como ex-MES, ex-GIS, ex-Secretariado. Não sei porque, Soares tinha-os em horror. Devo também ao MAR, mais particularmente a Jorge Sampaio, a minha promoção de «Noticiário Crítico» ao Conselho Consultivo e, por fim, a chefe de redacção adjunto.

Fora-me atribuída a missão de «controlar» o chefe, João Benard, que os bons revolucionários acusavam de desvios de direita. Esses desvios consistiam essencialmente nos critérios por que ele orientava a secção Artes e Letras, onde colaboravam apreciadores de cinema americano e de Agustina Bessa Luís (cumplice da reacção) e detractores do neo-realismo e do realismo socialista. Cabia-me, deste modo, substituir Agustina, Sena e Régio por Namora, Urbano Tavares Rodrigues e Abelara; e assegurar que as críticas, de livros, de pintura ou de teatro, não atirassem a grande luta (em ascensão) do povo português contra o «co-

lonial-fascismo», recomendando às massas produtos decadentes.

Ateu de serviço

Apliquei-me. Apresso-me a admitir que sou um choque cultural no dia-a-dia da revista. Com uma família atea, jacobina e simpática (no sentido político do termo) do PC, os católicos inspiravam-me o medo e o desprezo das coisas desconhecidas. Não estava à vontade com eles e presumia-os rigorosamente iguais uns aos outros. António Alçada, a quem tentei tratar respeitosamente por «dr.», infligiu-me o choque inicial. Abindo logo com vastas familiaridades, fez-me uma conferência sobre as vantagens que derivavam para os seus negócios privados de andar queimado no Inferno. João Bernard restaurou-me transitoriamente a fé, advogando com eles e presumia-os rigorosamente iguais uns aos outros. António Alçada, a quem tentei tratar respeitosamente por «dr.», infligiu-me o choque inicial. Abindo logo com vastas familiaridades, fez-me uma conferência sobre as vantagens que derivavam para os seus negócios privados de andar queimado no Inferno. João Bernard restaurou-me transitoriamente a fé, advogando com eles e presumia-os rigorosamente iguais uns aos outros.

A ortodoxia de João Bernard tranquilizou-me, porque explicava a sua resistência às minhas directivas culturais. Como podia um homem com semelhantes opiniões combater sinceramente pelos oprimidos? Mas, por outro lado, à porta as «Artes e as Letras», João Bernard punha-se invanivelmente nas «posições correctas», do Vietname à Itália, manifestava ardores revolucionários domésticos e esforçava-se por moderar António Alçada, cuja condescendência

O barómetro possível da efervescência

Com as coisas anteriores

ciais, éramos 17 o primeiro Conselho Consultivo de «O Tempo e o Modo» (mais tarde alguns saíram e entraram Vasco Pulido Valente, João Cravinho, Francisco Ferreira Gomes, Vítor Wengorovius). Se ha alguma omissão não é voluntária, mas lapso

As artes e as letras

Nas primeiras reuniões — na Rua dos Douradores, onde então ficavam os escritórios da Moraes — mediámo-nos com alguma cautela. Mas tudo correu bastante bem. No manifesto anunciador de «O Tempo e o Modo» coexistiam como apoiantes da ideia, os católicos mais ou menos «progressistas» que, por esses anos, se distinguiam na luta oposicionista (inclusive alguns padres) e intelectuais de esquerda bastante conhecidos, cuja adesão nos enchia de orgulho (havia algum receio de que a mão que estendíamos ficasse no ar).

O número 1 de «O Tempo e o Modo» é bem sintomático das diferentes «sensibilidades»: os três artigos de fundo cabiam, um a António Alçada Baptista, outro a Mano Soares e outro a Jorge Sampaio, enquanto na crónica as iniciais M. M. ocultavam o Padre António Jorge Martins (temiam-se represálias da Igreja pela colaboração dum padre, já vítima de perseguições).

Quando nos reunimos para avaliar este número, curiosamente a discussão não foi política. O grande «cavalo de batalha» foi a secção de Artes e Letras. Agustina Bessa Luís, Heberto Heider, M. S. Lourenço eram os autores com livros criticados respectivamente por Manuel Poppe, Ruy Belo e António Ramos Rosa. E o «escândalo» entre a quase totalidade dos não cristãos e alguns católicos era que se incensassem escritores não «engagés», omitindo-se os letrados oficiais da oposição. O louvor a Agustina (considerada reaccionaríssima) parecia o cúmulo, quase uma provocação. O Alberto Vaz da Silva — responsável por essa secção — ou-

viu das boas. Continuou a ouvi-las, já que tanto ele como eu, com gostos apaixonadamente comuns, éramos termos mas temposos guerreiros.

Estava-se no ano em que Vergílio Ferreira e Alexandre Pinheiro Torres se envolveram em muito falada polémica sobre o neo-realismo. Quem fosse contra, era reaccionário. Quem fosse a favor, progressista. E o primeiro número especial da revista foi mesmo dedicado a esse candente tema, sob o lema *A arte deve ter por fim a verdade prática?* Os que achavam que não, chamaram em apoio nomes insuspeitos de colaboracionismo (foi assim que, entre outros, Jorge de Sena, Eduardo Lourenço, António Pedro e José Augusto França começaram a colaborar em «O Tempo e o Modo») mas dava-se voz, também, aos defensores da tese afirmativa (Oscar Lopes, José Fernandes Fale, Mário Dionísio, Baptista Bastos, Luís Francisco Hebeilo). Mas nem esse número *dialogante* conseguiu convencer os sectores marxis-

tas do conselho consultivo. De cada vez que saía Agustina, M. S. Lourenço, Heberto Heider ou até Tomás de Figueiredo, sucedia-se uma reunião de emergência.

Foi então que percebi — como ces republicanos pevent étre reaccionnaires en matière d'art. Um dos grandes mentes de «O Tempo e o Modo», quanto a mim, foi ter ajudado a começar a tomarmos consciência disso. As vezes duvido se essa batalha foi ganha. Mas lá que foi njamente travada, foi. Alguns dos melhores textos do pensamento cultural português estão nessa revista. E foi «O Tempo e o Modo» que consagrou o Jorge de Sena (em 67) no primeiro número de estudo sobre a sua obra. E hoje algumas das minhas melhores recordações de «O Tempo e o Modo» estão com essa guerra das artes e letras. E com algumas pessoas dela como o moztartiano poeta José Bento, colaborador fiel até ao fim (ao meu fim) pessoa como as

melhores, grande de mais para este pequeno País.

Os primeiros cismas

Mas houve outros pontos de mal-estar. Muitos redactores e colaboradores engoliam particularmente mal um artigo do António Alçada, publicado no n.º 3, cujo título era já um programa: *Reflexão sobre a norma jurídica como meio adequado à alteração das estruturas*. Uma frase que dizia que em Cuba «ao arbitrio de Fidel» parecia heresia em tempos heroicos de castinismo. Mas guerra mais aberta rebentou com um editorial do n.º 5 (também de António Alçada) em que este, em linguagem velada para bom entender (e para passar a censura, que já cortava metade dos números) se metia com o conformismo da esquerda bem-pensante, exemplificando com processos então habituais na «Seara Nova».

Esse *corpo equivoco*, como lhe chamava, foi aos arames com a piada.

A reunião seguinte foi assaz tensa na «Seara», nessa altura, o poder era partilhado entre gente do PC ou «compagnons de route» e gente da geração de 62, desconfiada de «O Tempo e o Modo». Os seus colegas confiantes — os tais que se sentavam à nossa mesa — sentiram-se descompensados e em posição difícil. Entre eles e nós, Mano Soares e Salgado Zenha tentavam acalmar os ânimos. Muito calado, estava Sottomayor Cardia. Tinha entrado na revista pela mão do António Alçada que simpatisava com ele. Quando lhe sugeriu o nome, notámos certo espanto em algumas caras. Eram os que sabiam — coisa que todos nós ignorávamos — que Cardia era então militante do PC, aliás o único naquele conselho consultivo. Obviamente, naqueles tempos, quem o sabia não o dizia.

Cardia fora, até aí, de exemplar candura. Nessa reunião, a certa altura



1962, a crise estudantil — o «Marx heterodoxo»



3



Uma década dominada pela guerra colonial

em determinadas matérias era compensada por uma repugnância automática pelos «camaradinhos», uma absoluta indiferença pela disciplina espiritual do materialismo dialéctico e telefonemas inquietantes que recebía de padres e de bispos.

Em dois meses, a minha visão dos católicos turvou-se. Obra de confusão para que contribuíram Nuno Bragança, que dirigia o «Noticiário Crítico», e Alberto Vaz da Silva, que dirigia as «Artes e Letras». Nunca consegui perceber o que qualquer deles dizia ou escrevia. Mas gostei quase imediatamente de Alberto Vaz da Silva, que, em tese, era o meu inimigo principal, como promotor dos crimes que o MAR deplorava e que impediam — achávamos nós — que ocupássemos o nosso verdadeiro lugar entre as forças emancipadoras.

Estas ambigüidades e confusões agravaram-se com o tempo. Manuel de Lucena exilou-se em Itália. Devesgar, o entusiasmo pelo MAR e pela sua justa luta transformou-se num acurinhante sentimento do ridículo. Soares e Zenha retiraram-se, desiludidos por não terem encontrado católicos cordatamente democratas-cristãos. O zelo de evitar o conluio destes sociais-traidores com a direita liberal diminuiu drasticamente, bem como a vontade de erigir *O Tempo e o Modo* em arauto das massas populares. Em 1965, houve ainda um sobressalto com as «eleições» para a Assembleia Nacional, que suscitaram as intrigas e misérias do costume. Mas, pouco a pouco, deixará já de querer «controlar» João Bénard da Costa e

resignara-me a trabalhar simplesmente numa revista, em que representava um único papel político útil: o de «ateu de serviço», prova ambulante e falante do «desejo de diálogo» dos crentes.

O plano duma geração

Para Portugal (valha-nos esta cláusula danada) *O Tempo e o Modo* não foi uma má revista. Longe disso. Desde o fim dos anos 50 que o regime e o PC, cujos seus companheiros de caminho, dominavam e fiscalizavam a opinião política e a produção académica, ensaística e cultural que se publicava. *O Tempo e o Modo* recebeu e promoveu muitas vitimas deste arranjo, desde Virgílio Ferreira a Eduardo Lourenço, desde Agustina Bessa Luís a Sofia de Mello Breyner, desde António Pedro de Vasconcelos a João César Monteiro. Tratámos Jorge de Sena como ninguém o tratou em vida e José Régio como ninguém o tratou depois. Num comovedor discurso, que ouvi João Bénard repetir duzentas e trinta e oito vezes, ele costumava citar Mounier, para proclamar que, além disso, *O Tempo e o Modo* era o plano de uma geração, que, sem ele, não podia tocar. Ou seja, a uma geração que rejeitava simultaneamente a ditadura, o velho republicanismo jacobino e o PC. O «discurso do plano», como lhe chamávamos, não exagerava. O índice de colaboradores de *O Tempo e o Modo* lê-se hoje como a lista das glórias oficiais da democracia. Coisa de que talvez não nos dessemos excessivamente lisonjear, mas que alguma coisa significa.

A censura e o PC, pelo menos, achavam-nos à altura merecedores da sua execração. Apesar de argumentos, súplicas, influências, cenas de irritação ou de ofensa, a censura demoliu-nos todos os meses dois terços de cada número: uma proporção aliamente anormal, mesmo para as circunstâncias e os hábitos estabelecidos. O PC, por sua parte, declarou-nos pestíferos, anátema especialmente eficaz nas associações de Estudantes. Faramente sofri tantas pressões políticas, tanto insulto e humilhação, como por causa de *O Tempo e o Modo*. Numá idade em que a pele era mais fina.

Sem duas pessoas, *O Tempo e o Modo* não teria existido. António Alçada Baptista e João Bénard da Costa. António Alçada deu o dinheiro (meso dinheiro) e deu-nos a liberda-

de fazer o que nos apetecia. Que me lembre, objectou apenas a uma consideração teórica de Nuno Bragança, segundo a qual o rei de Itália não se divertira na sua noite de núpcias. João Bénard conservou, contra ventos e marés, um fervor pela revista e uma convicção da sua importância que o sustentaram a ele e a nós em crises quase diárias e desesperes permanentes. Para os dois, *O Tempo e o Modo* não passou de uma tarefa ingrata, isto é, sem agradecimento. Daqui lhes agradeço.

Cumpro, aliás, uma obrigação elementar. Recebi deles, aos vinte anos, a oportunidade de me experimentar e de aprender o que valia. Depressa concluí que convinha escludar os assuntos sobre que escrevia e resolvi estudar. Ganhasse-se ou não muito com isso, a inversa seria com certeza

pior. Adquiri, é verdade, sobretudo no «Noticiário Crítico», um estilo pmpão e encaracolado, com que para minha vergonha, hei-de morrer. Mas, em contrapartida, conheci a «inteligência» portuguesa por dentro e por fora, quando ainda era uma criatura ingénuo e sem interesses, e media-a naturalmente pelo seu exacto tamanho: o que me ajudou no meu crescimento intelectual, na minha profissão e, acessoriamente, durante os doze tumultuosos meses em que frequentei um certo prédio da Avenida da República.

Guardei alguns amigos de *O Tempo e o Modo*, perdi outros. Outros morreram. Morreram José Pedro Pinto Leite e José Lavradio, o melhor dos homens que jamais encontrei. Não podia acabar, sem o nome deles.

Presença dos anos 60

ra, fez menção de falar. O António Alçada deu-lhe a palavra, muito interessado em ouvir o ponto de vista de alguém que lhe parecia primar pela sensatez. Jamais me esquecerei do que se seguiu perante a estupefacção geral. Cardia sem levantar a voz, com o timbre e a brandície que ainda hoje conserva, afirmou sem rodeios que aquele editorial e aquela reunião eram bem a prova de um sinistro conluio entre a democracia cristã (nos) e a social-democracia (Soares, Zenha), servindo «O Tempo e o Modo» de capa oportuna e oportunista para tal manobra. E que, assim sendo se demita, exigindo a publicação de uma carta esclarecedora.

A bronca foi de bom tamanho. Mário Soares minimizou o sucedido e propôs depois uma reunião em «pequeno comité» para acalmar «o rapaz». Fez-se a reunião, «o rapaz» pareceu acalmado, a carta não saiu. Mas dias depois, era publicada, com grande destaque, na «Seara Nova», antecedida de palavras do director de então (Rogério Fernandes) louvando o «jovem e inteligente» neocolaborador pela coragem com que saíra do «Tempo e o Modo», pondo os pontos nos ii (mais tarde o «jovem e inteligente colaborador» teria a coragem de o correr da «Seara» quando lhe pareceu que Rogério Fernandes se desviava para a direita e, ainda muito mais tarde, teria a coragem, já ministro da Educação, de o correr de director-geral quando lhe pareceu que ele se desviava para a esquerda. Lá coragem nunca lhe faltou).

Não acompanhando Cardia na retirada, o Jorge Sampaio, o Manuel de Lucena, o João Cravinho, inquietavam-se crescentemente. Era preciso desfazer aquela ideia de ataques do «Tempo e o Modo» à «Seara». Mário Soares redigiu então um hábil editorial em que opunha «um desmentido formal» à «acusação insubstancial e ridícula» de que «O Tempo e o Modo» atacara malevolamente a «Seara Nova». E jurava «O Tempo e o Modo» não atacou nem atacará



O Concílio Vaticano II. Internamente, a ruptura iniciou-se com os congressos da JUC e da JOC e com a campanha de Delgado

jamais a «Seara Nova», revista por cujo passado tem o maior respeito e cujo presente aprecia» (o meu lado de «donna mobile» também aprecia certas constâncias).

Por essa altura, a geração de 62, basicamente, fundava o MAR (Movimento da Acção Revolucionária) na tentativa de criar novos espaços a esquerda. Mais do que o António Alçada distante da vida quotidiana da revista, parecia-lhes necessário «controlar-me» a mim, não tanto num plano político (com essas ideias eu começara a simpatizar) mas nos meus «aberrantes» gostos estéticos, que iam de Agustina a Hitchcock, passando por Eliot, Pound e Céline. E foi então proposto para subchefe de redacção, com essa espinhosa missão, o Vasco Pulido Valente, então também militante do MAR. A nossa primeira sessão de trabalho foi

uma berrana à volta do Musil. Dai para diante, até hoje, continuámos alternativamente aos berros e aos beijos.

Com o Vasco Pulido entrou muita gente nova. Mas as contas saíram furadas. A pouco e pouco, o Vasco foi-se deixando «converter» e ai por 64-65 foi mesmo mais papista do que o papa.

Achamos que podíamos bem aguentar sozinhos a revista. O conselho consultivo morreu de morte natural. Esse foi o período mais coeso e firme de «O Tempo e o Modo», com muita gente mais nova (José Lavradio, Salgado Matos, Alexandre Bettecourt, Júlio Castro Caldas) a dar-lhe assinalável vivacidade. De vez em quando, o Manuel de Lucena (exilado em Roma) ou o Nuno Bragança (exilado em Lisboa) davam-nos um puxão de orelhas progres-

sista. Atrávamos as culpas para a costela demo-cristã do António Alçada e tudo se recompunha. Com o martirólogo da censura e a certeza de que estávamos a fazer a *melhor revista portuguesa* (como no estrangeiro a classificavam). Em fins de 65 saía em grande parte da equipa de «O Tempo e o Modo» o «Manifesto dos 101 Católicos», tomando aberta posição na questão colonial.

68 e o maismo

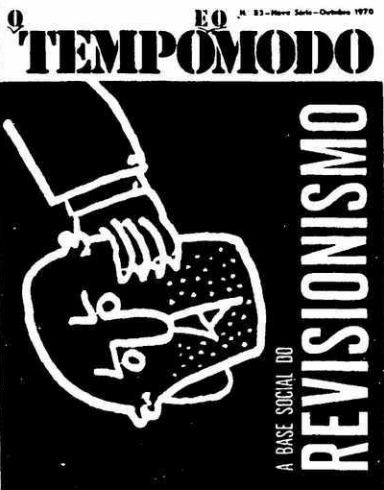
Nos anos de 66 e 67, a revista, já com sede na Avenida 5 de Outubro, prosseguiu com calma. O Vasco Pulido saiu (de subchefe de redacção) em fins de 66 e, por essa altura, graças à Associação para a Libertação da Cultura, pude eu consagrar-me a tempo inteiro a ela.

Mas, em 67, outras nuvens começaram a pesar. Os negócios do António Alçada não comiam nada bem e «O Tempo e o Modo» era uma amante caríssima (ainda por cima, mais minha do que dele). Começou a ter que se pensar em acabar. Em 67, entrou a Helena Vaz da Silva para o lugar do Vasco Pulido, com algumas ideias dinâmicas (a capa a cores, paginação diferente). Mas não resultou. No núcleo inicial da revista, já com algumas divisões, surgiu então a ideia, que o António Alçada apoiou, de fazer passar «O Tempo e o Modo» da Moraes para uma sociedade anónima, sob a jurisdição de cooperativa. Havia sócios de série A, com todo o poder (o António Alçada, o Pedro Tamen, o Nuno Bragança, o Vasco Pulido, a Helena Vaz da Silva e eu) e sócios de série B, com poderes limitados para evitar «golpes de palácio» em que de resto ninguém acreditava muito.

Mas sentia-se que a vida interna da revista, tão movimentada nos primeiros tempos, era morta. A revista praticamente se encomendava e fazia pelo correio, sem lutas, rfelegas, «debate ideológico». No meu gabinete, cada vez que dizia *nos*, olhava à roda a ver se via alguém. Em 68, isto parecia singular aberração. A Helena Vaz da Silva instigava-me a encher os corredores de universitários aguerriados, para que a revista não ficasse masturbatória.

E volta-se à questão da abertura e ao lugar aos novos. Luis Saigado Matos dirigiu essa operação, levando para a revista expoentes da *esquerda contestativa*, como Alfredo Barroso, Jaime Gama, José Luis Nunes, Alberto Costa, etc. Por essa altura entraram ainda António Reis, Luis Miguel Cintra, Jorge Silva Melo, Nuno Judice, Manuel Gusmão, também «recomendados» por Salgado Matos.

O clima de 68 foi particularmente curioso. Do grupo fundador — já to- (Continua na pag. seguinte)



Do «catolicismo» ao «maísmo»

(Continuado da pag. anterior)

dos ex-católicos — procurava-se abrir para questões candentes. Foram os «Cadernos O Tempo e o Modo» (a fórmula «cadernos» foi escolhida para fugir à censura prévia, já que, não sendo periódicos, não lhe estavam sujeitos). No primeiro, dedicado ao casamento, «O Tempo e o Modo» abriu à revolução sexual e a Reich. Talvez não exagerar se disser que esse polémico caderno, acompanhado por colóquios e outras manifestações de vitalidade, contribuiu não pouco para ajudar a desfazer vários lares ou para dar melhor consciência a facadinhos no matrimónio, que devia ser aberto e livre entre todos os homens e mulheres.

Com Deus, o que é? (espantoso título inventado pela Helena Vaz da Silva), Henry Miller, Bakounine, Gonzalez Ruiz, Freud e Blanchot entram numa «antologia do paraíso» (como lhe chamava o Manuel Lucena) apimentada por um debate de agnósticos sobre Deus-Pai e Deus-Marx (Alfredo Barroso, Armando Trigo de Abreu, Jaime Gama, João Martins Pereira, José Carlos Ferreira de Almeida, José Luis Nunes, Sotomayor Cardia e Miguel Castro Henriques eram os intervenientes, moderados por mim). Lendo esse debate, Eduardo Lourenço escreveu-me a dizer que era a peça mais significativa publicada em Portugal nos últimos vinte anos.

Mas eu ia evoluindo também para um «maísmo» cada vez mais assumido, convencido, pelos acontecimentos de Paris, de que a imaginação a tomar o Poder e que vinham aí as manhãs cantantes.

Só que em Portugal cantavam pouco. Salazar caiu dum cadeira abaixo e Marcelo saiu por uma cadeira acima. Houve os que apostaram numa liberalização e os que apostaram numa guerra idêntica ao novo regime, salazarento. No meio de muita discussão, de muitas anedotas e de muita coisa hoje curiosa de ler, «O Tempo e o Modo» ficou ainda, nesses anos, como o barómetro possível dessa efervescência.

Foi por essa altura que a sociedade anónima se criou e que o António Alçada deixou a direcção da revista, para corresponder «à exigência saída de irmos chamando as coisas pelos seus verdadeiros nomes e irmos pondo nos lugares de direito as pessoas que os ocupavam de facto», com ênlão escreveu. E assim eu passei a director.

Autocrítica de um director

Mas nem sempre a passagem do facto ao direito funciona bem. Se julgo que fui um bom chefe de redacção durante seis anos, fui um mau director durante pouco mais de um.

Imbuído de «maísmo», como já disse, achei por bem introduzir alguns «sãos princípios» — direcção colectiva, abertura total à nova esquerda — posicionamento claro contra os aparelhos da esquerda tradicional

Sairam muitos dos colaboradores antigos, ou para o que seria o PS ou para o que era o PC. Mas muita gente de que me sentia perto e com quem partipei no ano de 69 na epopeia da CDE (José Manuel Galvão Teles, Jorge Sampaio, Joaquim Mestre, Armando Trigo de Abreu, Vítor Wengorovius, Afonso de Barros, José Carlos Ferreira de Almeida, João Martins Pereira, etc.) entrou muita outra com bastante mais de «maísta» do que de «maísta» (no fundo, eram os embriões do futuro MES, do futuro MRPP e da futura UDP).

A revista mudou completamente de formato a partir de Novembro de 69 (n.º 73). E começou outra dura batalha.

Deu muitas histórias curiosas, não resisto a contar duas: sempre à procura de imagens de marca para «O Tempo e o Modo», a Helena Vaz da Silva (única que ficou comigo, depois do divórcio marxista, como lhe chamou Jorge de Sena) concebeu um anúncio em que se via um jovem de «jeans», cabelo comprido e óculos escuros a ler «O Tempo e o Modo», dizendo-se que ele («jovem estudante de vanguarda que quer transformar o mundo mas não sabe ainda como») se sentira «um pouco mais seguro, em face do lamacento terreno da vida política nacional» depois de ler «O Tempo e o Modo».

Trémvel reacção dos «maístas» que no número seguinte faziam publicar uma contra-resposta, acusando o dito anúncio de estabelecer uma relação viciada entre a revista e os seus leitores por reduzir o público a uma larga camada consumidora.

De outra vez, Armando Trigo de Abreu escreveu um artigo sobre «o escândalo da Siderurgia». Telefoname, muito aborrecido, o José Manuel Galvão Teles que tinha sido eleito presidente do Conselho de Administração da Sociedade Anónima. É que, com muito esforço, conseguira convencer já não sei quem da gente do Champalimud a dar algum dinheiro para a revista: com aquele artigo ia tudo por água abaixo.

Entre essas contradições, quando releio hoje os números de 1970, julgo que apesar de alguns primarismos, o que lá se publicou continuava a ser bastante importante e bastante «reflector» (penso em artigos de João Martins Pereira, em textos de Jorge de Sena e Manuel de Lucena, em poemas de Nuno Júdice, em artigos de Joaquim Mestre, Serras Gago, Alberto Melo, ou em muitos debates gravados sobre as civagens da revista).

Mas no verão de 70 (julgo que foi quando se criou o MRPP, ainda na clandestinidade) o grupo liderado por Amadeu Lopes Sabino, Arnaldo de Matos, Martins Soares, Luis Matoso, etc., resolveu lançar a grande ofensiva de que eu seria o alvo número um, já que, publicamente, afirmava não ser sequer marxista. A ocasião foi uma crítica ao livro de António José Saraiva sobre Maio e a Revolução Burguesa que eles acharam que de-

via ser objecto de pública execração. Não era obra que me merecesse particular simpatia, mas os termos da crítica eram tão sectários que os limites da minha «directão colectiva» (que já me tinham feito engolir muita coisa) rebentaram.

Numa fúnebre reunião (ao menos para mim) pus o dilema: ou eu, ou o artigo. Não costume ter muitos ressentimentos, mas tenho alguns contra as pessoas que, abstando-se, deram a vitória ao artigo. Saiu um número em que a tal crítica (da autoria de Amadeu Sabino) tinha honras de capa: os *Historiadores Burgueses Já Não Andam A Cavallo*. Sai eu também, de burro.

Só que nesses santos tempos a *solidariedade anti-fascista* era uma sacra insignia. Se eu anunciasse publicamente a minha demissão, a revista ficaria parada — ou suspensa — até a censura aprovar o nome de um novo director. Isso equivalia, na prática, a eu poder acabar com a revista, sacrificando um órgão anti-fascista. O dilema tinha precedentes, quando Rogério Fernandes fora comido da «Seara Nova». Achei que era um alto exemplo — e seguí-o.

Só que, durante mais de um ano (apenas em 1972, Luis Matoso foi aprovado como novo director) o meu nome apareceu à cabeça de um «Tempo e o Modo» com que já nada tinha que ver e cuja simples leitura me remexia as entranhas. E ainda hoje aparecem pessoas a acusar-me de coisas aí saídas durante esse período...

Depois, vários aquistas da série A venderam as suas quotas ao novo grupo dirigente. Das minhas, como das de outros que as não venderam (o Nuno Bragança, a Helena Vaz da Silva, o Vasco Puiido Valente) nada sei. Como não sei o que aconteceu ao título e à revista que a última vez que a vi (já depois do 25 de Abril) era órgão oficial, ou oficioso, do grande educador da classe operária.

Curiosamente, caminho similar foi percorrido por outras revistas francesas que tanto influenciaram muitos dos que fizeram «O Tempo e o Modo», de 63 a 70: os «Cahiers du Cinéma», o «Tel Quel», etc. Algumas dessas já viraram de rumo e são hoje órgãos da *nova direita*. Só isso faltou a «O Tempo e o Modo» (talvez — quem sabe? — um dia ressuscite assim).

Por mim, guardei durante vários anos (agora já passou) essa degradação da revista, como a única *derrota pesada* da minha vida, e algumas tenho tido.

Mas, hoje, vinte anos depois, é-me mais presente a satisfação de ter contribuído para uma revista que foi culturalmente marcante e onde se publicaram das melhores e menos estúpidas coisas que nesse período se escreveram na imprensa portuguesa. E sinto que, do «catolicismo» inicial ao «maísmo» final, nela ficou muito do meu tempo e do meu modo. Acho mesmo que do tempo e do modo de muitos mais. Que se não foram dos melhores (e não o juízo certamente não foram dos piores.

Do outro lado

MANUEL BRAGA DA CRUZ

«O TEMPO E O MODO» teve uma influência marcante na formação de gente da minha geração e extração. Surgiu num particular momento da vida nacional, em que ventos de mudança punham em causa os limites do que até então se entendia bem arrumado e compartimentado. Passados os tempos da guerra fria, iniciara-se internacionalmente a «tântente». Kennedy chegara à Presidência dos Estados Unidos. Em Moscovo, apesar de tudo, o regime prosseguia. Em Roma, João XXIII fazia passar gradualmente a Igreja do *anátima ao diálogo*, e o Concílio fazia iniciar, em muitos católicos como eu, o repensamento fundamental do mundo e da Igreja. A par da desastinização, da *aliança para o progresso*, do diálogo e da paz, surgiram também a descolonização e o desenvolvimento. Parecia abrir-se uma viragem para um mundo novo, onde a esperança era jovem. Um daqueles «pontes críticas» de que falava Theillard de Chardin, então descoberto e introduzido entre nós pela Moraes.

Mas esses ventos de mudança, actuando sobre a sociedade fechada que era a portuguesa, variam intermente para campos opostos e irreconciliáveis, onde se conquistavam reacções diametralmente contrárias. A resistência e a incapacidade de mudança davam-se as mãos, paradoxalmente, quando a sua necessidade mais se fazia sentir.

Do Oriente viera o primeiro aviso do inevitável colapso de uma pátria que não se discutia. Goa pré-anunciara as revoltas africanas. Pouco tempo depois, o desenvolvimento, nome novo da paz, era sacrificado nos altares africanos da guerra. Entretanto, o melhor do nosso povo desgarrava-se pela emigração selvagem, e a juventude mais insatisfeita dava disso mostras, sobretudo nas Universidades.

Ensinar a duvidar

O unanimismo político e religioso em que tantos haviam sido educados e crescidos, quebrara-se significativamente a partir de finais da década anterior. Os tradicionais apoios católicos e monárquicos ao regime haviam-se rompido, deixando entrever que o Governo e a sua política se afunilavam no isolamento progressivo.

Foi precisamente neste tempo de abertura externa e de aniquilose interna, que alguém apostou num novo modo de estar e de actuar. «O Tempo e o Modo» apareceu como luzada de ar fresco numa sociedade carente de modernidade, sem outro programa ideológico ou outro propósito básico que não fosse o de abrir diálogo, abatendo barreiras, criando espaço e condições de mudança e de novos entendimentos. Sentar à mesma mesa, sem confessionalismos nem partidarismos, as diferenças desentrançadas, foi de facto o grande mérito de António Alçada Baptista.

O impacto da revista não esteve em teorias expandidas ou eloquentemente elaboradas sobre a necessidade do diálogo, mas sim no gesto,

emblemático e testemunhal, de fazer esse diálogo.

Pelas páginas da revista passaram problemas sociais e políticos, culturais e religiosos, artísticos e literários, tratados pelas mais diversas figuras. A novidade não estava tanto na temática, mas no método de tratamento. Criou-se a primeira grande lição de «O Tempo e o Modo» esteve no ensinar a duvidar e a perguntar sem preconceitos, e também a criticar e a intervir com liberdade, que eram, como são ainda hoje, as condições de possibilidade de um diálogo real e construtivo. A leitura das páginas de «O Tempo e o Modo» foi para mim como leitor, uma lenta mas efectiva aprendizagem da democracia.

Criticar o Poder

Mas se este primeiro e fundamental impacto foi essencialmente cultural, outro grande impacto político teve o lançamento de «O Tempo e o Modo», que foi o de possibilitar uma maneira nova de ser oposição e de intervir politicamente. A velha oposição democrática transpirava a republicanismo, ao qual o imaginário juvenil da minha geração associava o jacobinismo, o secretismo e o anticlericalismo. A aproximação crítica da política era decididamente pouco aliante, porque a oposição, tal como a situação, se fazia portadora muito mais de uma tradição (pouco brilhante aliás) que de uma inovação. Ora «O Tempo e o Modo» vinha tornar possível uma maneira moderna de ser oposição.

Por outro lado, «O Tempo e o Modo» corporizava um novo modo de intervenção política, que a própria revista definiu como «humanismo interventor», isto é, uma intervenção «na base de uma concepção libertadora e progressiva da História e da pessoa humana, que acentue o primado desta sobre as necessidades materiais e técnicas colectivas em que se baseia o seu desenvolvimento», como releio agora no editorial do primeiro número. Era uma intenção personalista, colhida de Mounier, que João Benard da Costa explicitou um dia.

Essa intervenção humanista não era mais do que o reivindicar uma maneira nova de estar *eticamente* na política. Até então, a política surgia a muitos apenas como uma forma de disputar o Poder, como algo reservado aos ambiciosos do mando. O imediatismo das intervenções dos actores políticos contemporâneos reforça esta impressão. «O Tempo e o Modo» vinha demonstrar praticamente um interesse não meramente instrumental pela política, a possibilidade de intervir sem visar a posse, mas tão-só, a crítica do Poder. Nesse sentido, «O Tempo e o Modo» politizou saudavelmente a minha geração.

Muitos terão ultrapassado esse domínio ético da intervenção.

E assim «O Tempo e o Modo» evoluiu no final da década para outro tipo de intervenção militante. Ficou porém essa afirmação inovadora e moderna de ser cidadão e cristão, talvez o melhor modo do melhor tempo da revista.



Melo de 58 — outra vez «os amanhãs que cantam»